



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

04/08/2016 - Sinttel-ES

Sinttel-ES cobra critérios da Vivo na dispensa de 30

A Telefônica Brasil, dona da Vivo, iniciou nesta quarta-feira, dia 3, o processo de demissão de empregados para eliminar a duplicação de cargos, depois da integração da GVT. A Operadora dispensou 300 trabalhadores, de uma lista de 700 cargos em São Paulo.

O maior número de demissões estava previsto para São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Aqui, no ES, não havia previsão de um grande número de demissões, dentro do Programa de Demissão Voluntária (PDV), negociado com os Sindicatos de Trabalhadores e a Fenattel (Federação Nacional).

Porém, até o final da tarde desta quinta-feira, 30 trabalhadores/as foram demitidos/as pela Telefônica/Vivo e a maioria – que trabalhavam na planta externa (de campo) – foram excluídos das vantagens do PDV.

O Sinttel-ES encaminhou um e-mail, cobrando um posicionamento da empresa, diante da quantidade de trabalhadores de campo que foram dispensados. O questionamento do Sindicato é referente à falta de transparência com que o processo de reestruturação

vem sendo conduzido pela empresa, o que vem causando insatisfação e revolta nos trabalhadores.

O Sindicato manifestou-se com “estranheza” a quantidade de trabalhadores de campo dispensados e cobrou da Telefônica Vivo a responsabilidade pela justificativa dada pelos gestores sobre o não pagamento do incentivo (PDV) a esses trabalhadores, “de que se eles assinassem o PDV, ficariam impossibilitados de serem contratados por uma prestadora de serviços por seis meses e pela própria Vivo, pelos próximos dois anos”. Isso é uma mentira, pois não está escrito em nenhum Acordo e vai de encontro o que dita a lei.

O Sinttel questionou a responsabilidade da empresa pelo desligamento de trabalhadores, sem dar a eles a possibilidade de participarem do incentivo, discriminando-os com outros “colaboradores” que receberam o PDV.

Uma reunião urgente foi solicitada pelo Sinttel-ES para tratar desse problema e de outras pautas.

05/08/2016 - Telesintese

Anatel luta para recuperar multas aplicadas na Oi

A Anatel tenta tirar as multas da recuperação judicial e evitar que a Oi participe de licitações sem certidão negativa.

A Anatel ingressou com recurso junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) com objetivo de rever algumas das decisões do juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, informa o jornal Valor Econômico. A agência, por sua vez, diz que só se manifesta nos autos sobre o pedido de recuperação judicial da Oi.

Entre os quesitos que a agência estaria questionando, conforme a reportagem, estão a reversão da expectativa de suspensão de execução fiscal. Esse pleito deve ser feito devido à preocupação do TCU quanto

ao fato de a Oi ter elencado nas dívidas da recuperação os R\$ 10 bilhões de multas aplicadas pela Anatel.

A agência questiona ainda o fato de as empresas em recuperação judicial serem dispensadas de apresentar certidões negativas de débito em caso de assinatura de contrato com o poder público. (com Valor Econômico).





Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

05/08/2016 - Telesíntese

Oi vence processo de propriedade intelectual que se arrasta há 31 anos

O Superior Tribunal de Justiça deu vitória parcial à Oi em disputa de direitos de exploração de propriedade intelectual. O processo, movido pela empresa Inducom Comunicações, se arrasta na Justiça desde 1985, quando a antiga Telesc, hoje parte do grupo Oi, começou a usar sem licenciamento uma tecnologia chamada Sistema Automático para Chamadas Telefônicas a Cobrar (ou apenas DDC).

A vitória é parcial porque a operadora não fica completamente imune de pagar pelo uso da tecnologia. Fica, no entanto, liberada de pagar pelo licenciamento e multas resultantes do uso depois de 1995, quando o DDC caiu em domínio público. Para o período anterior a esse, a operadora deverá realizar o pagamento.

A história do processo é longa, e tem cerca de 31 anos. A primeira ação foi perdida pela Inducom, que recorreu nos tribunais de Santa Catarina, onde venceu e conseguiu a ordem judicial para que a Oi pagasse multa de R\$ 1 mil por dia de

uso do DDC. A Oi interpôs recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Agora, no STJ, a Terceira Turma reconheceu que, no cálculo da reparação de danos devida à Inducom, deve ser observado que “o privilégio da patente teve vigência pelo prazo de 15 anos ininterruptos a contar de julho de 1980, data do depósito”, afirmou o ministro Villas Bôas Cueva, relator do recurso. Assim, a patente deixou de existir em julho de 1995, também “por força” do disposto no artigo 24 “do revogado Código da Propriedade Industrial (Lei 5.772/1971), aplicável à hipótese vertente”, acrescentou.

Villas Bôas Cueva explicou que o prazo de privilégio da patente tem natureza decadencial, portanto, ao fim de 15 anos, o invento caiu em domínio público, esvaziando a pretensão da Inducom de impor à Oi a abstenção do uso do invento. Dessa forma, tornou-se descabida a multa diária fixada pela corte local. (Com assessoria de imprensa)

04/08/2016 - Convergência Digital

Oi transfere à Justiça decisão sobre novo pedido de mudança no Conselho

O Conselho de Administração da Oi respondeu com “dúvidas” ao novo pedido do fundo Société Mondiale para a convocação de assembleia com o objetivo a trocar membros desse próprio Conselho, além de autorizar procedimentos judiciais contra eles.

Na sexta, 29/7, o fundo voltou a pedir a troca dos conselheiros indicados pela Pharol (ex-Portugal Telecom) e incluiu a possibilidade de buscar “reparação de danos” contra eles. Na terça, 3/8, o Conselho se reuniu para deliberar sobre o novo pedido, mas a posição é de que cabe à Justiça decidir.

“O Conselho de Administração, ao analisar o requerimento, considerou que:

(i) existem dúvidas de cunho legal sobre a competência da assembleia geral para deliberar sobre determinadas matérias constantes do requerimento; e

(ii) com relação à eventual ação de responsabilidade contra administradores, por implicar em potencial alteração do Conselho de Administração, tal matéria produziria o mesmo efeito daquelas contidas no requerimento de convocação de assembleia anteriormente apresentado pelo mesmo acionista, que é objeto de consulta ao Juízo da 7ª Vara Empresarial

da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, onde tramita a recuperação judicial da Companhia.”

Ou seja, a Oi respondeu que eventuais de reparação de danos fazem parte de deliberações que cabem ao Juízo responsável pelo processo de recuperação judicial – ou nos termos divulgados pela operadora “ouvindo-se o referido Juízo a respeito da oportunidade e pertinência da convocação requerida, antes de deliberar pela eventual convocação de assembleia geral extraordinária”.

O pedido do Société Mondiale também envolve a anulação da assembleia da operadora que aprovou a continuação do processo de fusão com a Portugal Telecom, mesmo depois do calote de 900 milhões de euros que seriam aportados no negócio. O fundo quer ainda processar o banco Santander, que foi o avaliador dos ativos da PT na fusão.

Quanto a esses pontos, a resposta da Oi é que “com o objetivo de poder avaliar a legalidade de tais matérias e deliberar oportunamente sobre a convocação, o Conselho de Administração autorizou os administradores a solicitar um parecer legal a jurista de reconhecida competência”.

08/08/2016 - CUT

Movimentos vão às ruas dia 9 contra Temer e o golpe

Em São Paulo, a atividade terá início na Avenida Paulista

O Brasil será tomado na próxima terça-feira (9) pela Jornada Nacional de Mobilização Contra o Golpe e em Defesa da Democracia, organizada pela CUT, movimentos e centrais sindicais que compõem a Frente Brasil Popular.



As ações ocorrem em um mês em que o Senado definirá os rumos do Brasil, com votação favorável ou contrária ao impeachment.

Diferentes cidades são convocadas para a mobilização que diz "Não ao Golpe", "Fora Temer" e "Nenhum Direito a Menos". Na cidade de São Paulo, a atividade iniciará às 16h, com concentração no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista, 1.578, na Bela Vista.

Em nota divulgada pelos movimentos, eles alertam para os riscos de retrocesso nos direitos sociais no Brasil e reforçam que o pedido de impeachment de Dilma Rousseff não apresenta fundamento legal, sinalizando que sobre a presidenta eleita não pesa qualquer crime de responsabilidade.

Confira, abaixo, o documento na íntegra:

Nota Pública: Enfrentar o golpe! Derrubar o governo ilegítimo!

A Frente Brasil Popular convoca todos/as os lutadores/as sociais às ruas do Rio de Janeiro no próximo dia 5, e de todo o Brasil no dia 9 de agosto, para barrar o golpe, exigir a saída de Michel Temer e defender os direitos. Fora o golpista Michel Temer e seu governo ilegítimo e interino: este é o brado cada vez mais forte na sociedade brasileira.

Cientes de que as urnas não aprovariam o desmonte do patrimônio público e a retirada de direitos conquistados há décadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, os arquitetos do golpe sabiam que precisavam passar por

cima da democracia e da Constituição Federal para aplicar seu programa radical de arrocho e ajuste fiscal de longo prazo.

Segundo a Constituição, a deposição de um presidente da República só é possível caso ele tenha cometido algum

crime. A perícia do Senado isentou Dilma de atuação nas pedaladas fiscais. Depois, o Ministério Público Federal confirmou o que os setores democráticos e progressistas da sociedade vêm dizendo: pedaladas fiscais não configuram crime. Por isso, o parecer da procuradoria indicou o arquivamento da apuração.

Neste sentido, é o próprio relatório do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), alegando a procedência da acusação e defendendo o prosseguimento do processo, que atenta contra a Constituição. O pedido de impeachment de Dilma Rousseff não tem nenhum fundamento legal, é um golpe de Estado, planejado e conduzido, inclusive, para deter as investigações que atingiriam os próprios golpistas.

Não se trata somente de um golpe contra uma presidenta legitimamente eleita, é também contra os milhões de votos que estariam sendo cassados, contra a Constituição. O alvo do golpe é a classe trabalhadora, os setores populares, os direitos sociais, as liberdades civis e democráticas, o patrimônio público, a soberania e o Estado Nacional.

A gestão interina de Temer amplia o déficit público e anuncia um projeto que acaba com a obrigatoriedade de gastos governamentais em saúde e educação, impondo limites que significam um verdadeiro desmonte dos serviços públicos. Concretamente, isto significa o fim do SAMU, a falta de medicamentos, equipamentos e materiais hospitalares, a precarização dos trabalhadores da saúde e da educação, o sucateamento das escolas, etc.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Além disso, Temer diminuiu os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida e do Bolsa Família, anunciou mudanças na Previdência Social, para aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição da aposentadoria, planeja acabar com a política de valorização do salário mínimo e aumentar a jornada de trabalho para 80 horas semanais. Sem falar na perversa política de juros altos que só beneficia os interesses do rentismo.

Ao mesmo tempo, os golpistas conduzem a privatização de empresas estatais no setor elétrico, nos portos e aeroportos, a venda de campos do pré-sal para corporações transnacionais e a venda de terras e demais recursos naturais ao capital internacional, dilapidando o patrimônio do povo brasileiro, estimulando a cizânia nos organismos regionais de integração e submetendo a soberania nacional aos interesses das grandes potências imperialistas.

Por isso, em legítima defesa, gritamos não ao golpe, fora Temer e nenhum direito a menos! Nas últimas semanas a mídia tem se esforçado para tratar o impeachment como um fato consumado, escondendo as mobilizações que estão ocorrendo, bem como ocultando a figura da Presidenta legítima. Esse esforço será intensificado nos próximos dias, omitindo a crise política e econômica com uma cobertura

ufanista das Olimpíadas.

Contudo, temos consciência de que é possível reverter a votação no Senado. Apesar da narrativa fatalista da mídia, são poucos votos que nos separam da vitória sobre os golpistas. Não é por outro motivo que o governo golpista tenta a todo custo antecipar a votação no Senado. O fator decisivo para assegurar essa virada será a nossa mobilização nessa reta final do impeachment.

Portanto, no dia 5 de agosto, faremos um grande ato nas ruas do Rio de Janeiro, juntos com a Frente Povo Sem Medo e a Frente de Esquerda Socialista, para defender nossos direitos e mostrar ao Brasil e ao mundo que as Olimpíadas acontecerão em um país que está sofrendo um golpe de Estado. As centrais sindicais farão também no dia 16 de agosto, em todas capitais, grandes atos em defesa dos empregos e dos direitos dos trabalhadores/as, sendo esta uma etapa fundamental do processo de construção da greve geral.

A Frente Brasil Popular, por sua vez, convoca todos e todas para que realizem manifestações em suas cidades no dia 9 de agosto, quando será votado o juízo de pronúncia no Senado. Está em jogo o presente e o futuro do povo brasileiro. Agora é a hora: não temos tempo a perder e não temos nada a temer!

08/08/2016 - Convergência Digital

Governo vai usar biometria para identificar cidadão nos serviços eletrônicos

O governo pretende usar a biometria para identificação do cidadão brasileiro quando este buscar alguma informação do seu interesse armazenada nos bancos de dados do governo ou em algum serviço em meio eletrônico. Para tanto, vem mantendo negociações com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - que já detém as informações biométricas armazenadas de milhões de eleitores brasileiros.

A informação foi passada com exclusividade à CDTV do portal Convergência Digital, em entrevista exclusiva do novo Secretário de Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Marcelo Pagotti. Não se trata, entretanto, de abandonar o projeto de certificação digital que há anos o governo vem empreendendo através do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Pagotti explicou que a certificação digital também poderá ser usada nos casos em que cidadãos já tenham adquirido. Porém, o governo entende que todos os esforços nesta direção fracassaram quando se trata da oferta de um certifi-

cado que seja barato para a população, sobretudo a de baixa renda.

Com a base de dados já implementada pelo TSE, o governo acredita que o uso da biometria seja uma forma mais popular e segura para que o brasileiro possa dispor das suas informações nos bancos de dados federais, além de serviços de e-gov que serão implementados até o final de 2017, data que o secretário acredita que seja possível a implantação do novo modelo de identificação.

Marcelo Pagotti também falou de Big Data e da nova política de dados abertos implantada pelo Governo Temer. Segundo ele, o governo está incentivando aos órgãos federais a abrirem imediatamente os dados para os cidadãos, dentro do prazo de 180 dias estipulado em decreto.

Porém, se houver resistência, a STI deverá trabalhar com uma nova política que obrigue aqueles que acharem que são donos dos dados e não desejam torná-los públicos. Assistam a primeira entrevista do secretário de Tecnologia da Informação.

04/08/2016 - Rede Brasil Atual

Adesão ao PPE mantém 60 mil postos de trabalho

Até agora, foram feitos 135 acordos. Há outras 32 solicitações em análise



Balanço foi divulgado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social: meta inicial era preservar 50 mil vagas

O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) manteve, até agora, 59.762 postos de trabalho em 135 acordos de adesão feitos por 107 empresas. O novo balanço foi divulgado hoje (4) pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Criado em novembro do ano passado, por meio da Lei 13.189, o PPE visa a manter empregos em situações de crise econômica. A meta inicial era preservar 50 mil vagas.

Além das 135 solicitações, há 32 aguardando autorização para serem implementadas. Caso isso ocorra, o número de empregos aumentará para 62.430. De acordo com o ministério, o setor fabril concentra 86 pedidos, seguido do automobilístico, com 86, dos serviços (22) e do metalúrgico (17). O estado de São Paulo responde por 94 solicitações – Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul têm 18 cada e Minas Gerais, 16.

Pelo programa, pode haver redução da jornada

e dos salários em até 30%. O governo garante uma complementação de 50% da redução salarial, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), limitado a 65% do maior benefício do seguro-desemprego. O período de adesão vai até dezembro, e os acordos valem por seis a 12 meses. A empresa que adere não pode demitir os funcionários envolvidos – ao final, a estabilidade é mantida por um prazo equivalente a um terço do período de adesão.

Recentemente, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse que o governo estuda tornar o programa permanente. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, disse ao ministro que antes é preciso fazer um balanço do PPE, com representantes de trabalhadores e empresários. Ele defendeu, em caráter emergencial, o uso de uma parcela maior do FAT na compensação salarial.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/08/2016 - Telesíntese

Para se oxigenar, as Teles recorrem às Startups

Tim e Grupo Algar lançaram programas este ano. A veterana Telefônica fez novas parcerias. As teles aderem ao movimento das grandes empresas que atuam no Brasil, estrangeiras ou nacionais, de buscar a inovação de seus produtos e serviços com o incentivo, direto ou indireto, ao desenvolvimento de startups. Nesse empreitada contam a parceria de fornecedores, caso da Ericsson e da Accenture.

O movimento das grandes empresas de buscar sua oxigenação nas ideias que nascem em startups começa a envolver as operadoras de telecom. E a crise econômica, nesse caso, parece até ser um fator a estimular iniciativas e investimentos nessa direção. TIM e Grupo Algar lançaram este ano suas iniciativas na área. Telefônica Vivo ampliou seu programa. Elas parecem integrar o grupo da iniciativa privada que vê a atual recessão brasileira como um momento de promover avanços e há mesmo uma expectativa de que as startups e as iniciativas de inovação de modo geral serão, de fato, um meio importante de deixar a crise para trás.

A conjuntura econômica brasileira, com previsão de encolhimento do PIB de 3,5%, é mais do que desafiadora. Mas as empresas sabem que, sem novas ideias e mais agilidade, mais difícil será encarar de frente os desafios. É por isso que o Grupo Algar, o único grupo nacional que atua no mercado de telecomunicações por meio da Algar Telecom, maior fonte de sua receita, lançou recentemente o Algar Ventures.

O investimento definido pelo grupo na Algar Ventures é de 5% de seu lucro líquido por ano. Isso significa que os recursos para o primeiro ano de atuação do fundo de investimento serão de R\$ 10 milhões. De acordo com Clau Sganzerla, vice-presidente de Estratégia e Inovação do Grupo Algar, o objetivo, com



a Algar Ventures, é levar a inovação para todas as áreas do grupo e identificar oportunidades inovadoras e disruptivas que possam complementar o portfólio de negócios do grupo, nas áreas onde já atua.

No primeiro ano, os recursos do Algar Ventures serão direcionados a entidades parceiras, como incubadoras, startups, universidades, etc. Mas, a partir do segundo ano, os investimentos serão diretos em startups, com projetos nas áreas de atuação do

grupo: telecom, agronegócios, turismo e serviços.

Já a TIM montou um programa onde não investe diretamente em startups, mas oferece infraestrutura e ferramentas para que se desenvolvam. Para isso, se associou ao Cubo Coworking, espaço dedicado ao empreendedorismo mantido pelo Itaú e Redpoint Ventures. A intenção da tele é entrar no ecossistema de inovação sem lançar mão de capital. "Acreditamos que o ecossistema de empreendedorismo no Brasil está bem servido. O que de melhor podemos oferecer às start ups é o acesso a nossos clientes, Big Data, sistemas", disse Luis Minoru, CSO da TIM Brasil, à época do lançamento do programa.

Segundo Minoru, o acesso a 65 milhões de clientes, a uma ampla rede 4G, o contato com uma série de serviços inovativos – área que fatura R\$ 1,5 bilhões na operadora – e a capacidade de processar nada menos que 6 bilhões de CDRs por dia pode garantir o sucesso de uma empresa nascente e inovadora. A operadora está concluindo, ainda, a implementação de plataforma da Oracle e Engineering que, entre outras coisas, abrirá as portas para uso de API por parte das startups para acessar os sistemas da TIM.

Leia mais em:

<http://www.telesintese.com.br/para-se-oxigenar-as-teles-recorrem-as-startups/>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

05/08/2016 - Vermelho

Clemente Ganz: Inovar é reduzir a jornada para 40 horas

Foi somente no início do século 20 que a jornada de 8 horas diárias ou 48 por semana começou a ser instituída onde, hoje, os países são desenvolvidos. A proposta da CNI de aumento da jornada, de maneira dialética, nos faz lembrar nossa história e nos provoca e convoca a protagonizar novos avanços.

A história mostra que as lutas dos trabalhadores são longas e difíceis. O processo civilizatório que eleva o padrão de vida da sociedade como um todo conta com a participação determinante dos trabalhadores. Eles inovaram, por meio dos sindicatos, em bandeiras de interesse geral, como a democracia, a liberdade, a igualdade, os direitos sociais em geral, criaram partidos e contribuíram para a construção do Estado moderno. Fizeram muito.

Para os trabalhadores, lutar é a condição para viver. Por isso, criam os sindicatos, um solidário instrumento de luta. Reduzir a jornada de trabalho é uma dessas lutas que nos acompanha desde a origem do sindicalismo. Exemplos não faltam. Entre 1850 e 1870, a jornada média na Alemanha era de 75 horas (se uma pessoa trabalha 60 e outra, 90 horas, a média dá 75). A média encobre muitas desigualdades! Na Inglaterra, foi o Factory Act que, em 1844, reduziu a jornada feminina de mais de 18 para 12 horas diárias.

Um anúncio publicado em 1813 por um fabricante de algodão nos Estados Unidos dizia: "Cotton Factory procura algumas famílias sóbrias e industriosas, que tenham pelo menos cinco filhos maiores de oito anos". Estima-se que, em 1900, havia 1,7 milhão de crianças com menos de 16 anos trabalhando nos Estados Unidos, mais do que a totalidade dos membros da AFL (American Federation of Labour), o maior sindicato do país.

Na Suécia, podia-se empregar meninos a partir de cinco anos, procedimento generalizado nos países da Europa no século XIX. Os exemplos e fatos se multiplicam e estão documentados por inúmeros cientistas sociais, economistas e historiadores.

A luta é longa! Foi somente no início do século

XX que a jornada de 8 horas diárias ou 48 horas por semana começou a ser instituída onde, hoje, os países são desenvolvidos.

Educação, qualificação e tecnologia, reunidas nas indústrias nas cidades nascentes, fizeram a produtividade do trabalho crescer espetacularmente. No último século, a produtividade cresceu, enquanto a jornada de trabalho era reduzida!

Mas as máquinas passaram a queimar os postos de trabalho e a luta para que todos tenham emprego ganhou vigor, renovando ainda mais as ações pela redução da jornada de trabalho. Trabalhar menos para que todos tenham empregos. Trabalhar menos para ganhar qualidade de vida, para conviver com a família e os amigos, estudar, praticar esportes, ver um filme, ir ao teatro, cantar, dançar, brincar ou, simplesmente, não fazer nada, ganhou centralidade na vida sindical e na luta dos trabalhadores.

O recente ato falho do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), propondo jornada de 80 horas semanais, em uma reunião que tratava de inovação, atropela a história e achincha a utopia de uma sociedade justa. Mas, de maneira dialética, nos faz lembrar nossa história e nos provoca e convoca a protagonizar novos avanços.

Inovar hoje é promover um tipo de dinâmica econômica na qual todos tenham empregos de qualidade e bons salários, para produzir o que a sociedade precisa para ter bem-estar e qualidade de vida.

Inovar hoje é distribuir o produto social, promovendo igualdade de oportunidades e condições.

Inovar hoje é reduzir a jornada de trabalho para 40 horas.

Os trabalhadores veem longe e lutam sempre. Está na hora de tentar novamente!

***Clemente Ganz Lúcio é sociólogo, diretor técnico do DIEESE, membro do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.**